

Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Assuntos
Constitucionais, Direitos, Liberdades e
Garantias, Deputado Fernando Negrão

Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Economia,
Obras Públicas, Planeamento e Habitação,
Deputado Afonso Oliveira

ASSUNTO: Requerimento para Audição do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Eng.º Carlos Moedas, da Secretária de Estado da Proteção Civil - Patrícia Gaspar, do Presidente do Conselho Diretivo do IPMA, Dr. Jorge Miguel Miranda e do climatologista Dr. Mário Marques

Ex.mos Senhores Deputados,

Na passada quarta-feira, dia 7 de dezembro, a precipitação que ocorreu em Lisboa num período aproximado de 3h30m correspondeu a 63% do total de precipitação prevista para todo o mês de dezembro, resultado da orografia, do desenho urbanístico, das condições de impermeabilidade dos solos e do estado e capacidade das infraestruturas de escoamento e drenagem, o centro de Lisboa acabou por ser o mais impactado por este fenómeno, com inundações extremas, não tendo sido caso único, porém, já que se verificaram situações críticas também noutros concelhos da AML e em Faro.

Seria de prever que existisse a probabilidade muito elevada de inundações rápidas, sobretudo em Lisboa: conhecendo o seu histórico de cheias e inundações, o risco antevia-se elevadíssimo.

No evento concreto de dia 7 de dezembro, seria expectável que as entidades competentes, tivessem tomado iniciativas de prevenção, face ao comportamento atmosférico que mostrava uma formação convectiva que abrangia uma extensa área,

mas com uma fortíssima concentração de precipitação numa faixa de 15 a 20 km de largura, entre Oeiras e a zona oriental de Lisboa.

No início da noite, foi emitido à população um aviso amarelo para Lisboa, posteriormente um alerta laranja, mas só por volta das 23h00, esse aviso passou a vermelho, o que consideramos poder ser espelho, uma vez mais, de ineficácia e descoordenação dos vários organismos e serviços que devem, em articulação, promover a segurança e a proteção de pessoas e bens.

Desde finais de novembro que são conhecidos alertas para a probabilidade de ocorrência deste tipo de fenómenos entre os dias 5 e 8 de dezembro, feitos por especialistas. No dia 5, foi inclusivamente indicado pelo climatologista Mário Marques, qual o *timing* que tais fenómenos poderiam ocorrer.

Infelizmente, há a registar, para além de milhões de euros em prejuízos materiais e dezenas de desalojados, uma vítima mortal, uma morte que poderia ter sido evitada caso o alerta tivesse sido emitido atempadamente. Motivo pelo qual devem ser apuradas as responsabilidades pela falta de prevenção e planeamento, bem como pela falta de estratégia de âmbito nacional e local, que se verifica ao longo de décadas, sem qualquer orientação medio-longo prazo que vise mitigar riscos.

Lisboa, como outras cidades, foi construída em cima de ribeiras e leitos de cheias, tendo grande percentagem dos solos impermeabilizados.

Em Tóquio, cidade que se localiza numa planície atravessada por cinco sistemas fluviais e dezenas de rios, foi criado um canal subterrâneo de escoamento da área metropolitana com cerca de 6,3 quilómetros de túneis e câmaras, de forma a proteger a população de inundações.

Na Holanda, o risco de inundações levou ao desenvolvimento do Programa Delta, um elaborado sistema de barragens, comportas, barreiras contra tempestades, diques e outras medidas de proteção.

Em Lisboa, o Plano de Drenagem de Lisboa objetiva minimizar os riscos de cheias e inundações em locais críticos inclui a construção de dois grandes coletores. Infraestruturas essenciais que há muito podiam estar feitas e assim ter-se-ia evitado a tragédia da noite de quarta-feira. Por causa desta inércia na sua execução, Lisboa ficou cada vez mais vulnerável a eventos climáticos extremos como este que se verificou.

Considerando que situações como esta tendem a ser recorrentes, uma das principais medidas para minimizar os riscos, no imediato, será pela via da emissão de alertas atempados para evitar uma maior exposição de residentes, turistas e outros transeuntes ao risco. Aquilo a que assistimos, todavia, foi a milhares de pessoas apanhadas totalmente desprevenidas, restaurantes e esplanadas, estações de metro, túneis e outras vias em cotas inundáveis surpreendidos em pleno funcionamento.

Pelo exposto, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido CHEGA, vem requerer a audição da Sr.^a Secretária de Estado da Proteção Civil e do Sr. Presidente do Conselho Diretivo do IPMA, bem como requer que sejam tomadas as diligências para que sejam convidados a prestar esclarecimentos em audiência o climatologista Dr. Mário Marques e o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Eng.º Carlos Moedas.

Palácio de São Bento, 9 de dezembro de 2022

Os Deputados do Grupo Parlamentar do CHEGA,

Pedro Pinto

Filipe Melo